

## **OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2019 PROPOSTAS E SUGESTÕES**

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira,

No âmbito da elaboração das Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2019, a Comissão Coordenadora de Concelhia do Bloco de Esquerda vem propor um conjunto de medidas a integrar no documento.

### **1. INVESTIR ONDE É PRECISO**

No ano de 2017 o município de Santa Maria da Feira teve um superavit de mais de 27 milhões de euros. Isso quer dizer que houve **27 milhões de euros que ficaram por executar**. 27 milhões de euros que poderiam ter sido utilizados em investimento público e, em particular, em investimento nas funções sociais da Câmara Municipal, mas que não foram utilizados nestas funções.

Pelo contrário, a taxa de execução orçamental em setores tão importantes como as Funções Sociais do município foi extremamente baixa (43%). Mas este não é caso único: a execução em Habitações e serviços colectivos foi 48%, em Protecção do Meio Ambiente foi 42% e em Transportes foi de apenas 35%. São valores baixíssimos e que mostram bem que a Câmara poderia e deveria ter utilizado os seus recursos em medidas e programas que efetivamente melhorassem a vida e a qualidade de vida dos feirenses.

Essa é a primeira proposta que o Bloco de Esquerda faz para o Orçamento Municipal de 2019: que todos os recursos sejam alocados a investimento que melhore as

condições de vida dos feirenses. Não é justificável que a Câmara Municipal deixe por utilizar 27 milhões de euros quando há tantas pessoas a precisarem de apoio social ou tantos equipamentos e espaços públicos a necessitar de intervenção.

## **2. REORIENTAR OS RECURSOS PARA ONDE ELES SÃO NECESSÁRIOS**

Muitos dos recursos do município são gastos onde não deviam e não são aplicados onde realmente deveriam ser. É preciso inverter as prioridades. A prioridade devem ser as pessoas e não as consultoras ou as grandes empresas de software. As prioridades devem ser as medidas sociais e não a externalização de serviços e a multiplicação de gastos com assessorias, marketing e publicidade.

Segundo o relatório da execução orçamental de 2017, a Câmara gastou **7,4 milhões em ‘outros serviços’ adquiridos externamente**. Não concretiza o que serão estes ‘outros serviços’, e a estes acrescem ainda mais de **3,5 milhões com aluguer de instalações**, mais de **360 mil euros em software**, **123 mil euros em estudos, pareceres e consultoria** e mais de **62 mil euros em publicidade**.

Em 2019 a Câmara Municipal deve poupar nestas rúbricas, internalizando serviços, reduzindo os alugueres de edifícios que não são necessários, utilizando software livre e reduzindo o recurso a consultorias e assessorias externas. **Uma poupança de 20% nestes gastos (meta perfeitamente atingível) significaria a libertação de 2,3 milhões para outras medidas.**

Se a isto juntarmos o facto de a Câmara Municipal gastar imenso dinheiro em opções que são erradas, como é o caso do dos quase **420 mil euros gastos em relvados sintéticos no concelho**, então chegamos à conclusão que seria possível, sem dificuldade, **libertar e reorientar cerca de 3 milhões de euros do orçamento municipal.**

Onde deveria ser investido este dinheiro? Em programas e medidas sociais que hoje

quase não têm orçamento. A título de exemplo, em 2017, houve apenas 50 mil euros para bolsas de estudo, o cartão Feira Sénior teve uma execução de apenas 1.505 euros, o plano municipal de prevenção da toxicodependência e alcoolismo funcionou com apenas 24 mil euros, a medida de apoio a estratos sociais desfavorecidos ‘Concelho Solidário A’ teve apenas 11.569 euros e a medida extraordinária ‘Concelho Solidário B’ ficou-se pelos 5.440 euros.

Como é fácil de ver, a Câmara gasta muito no supérfluo (assessorias, publicidade, consultadorias, licenças de software, etc.) e investe quase nada no que é essencial. É por isso que o Bloco propõe que, em 2019, se inverta este ciclo.

### **3. COM ESTAS PROPOSTAS, O MUNICÍPIO GANHARIA MAIS DE 30 MILHÕES DE EUROS PARA INVESTIR EM FUNÇÕES SOCIAIS**

|  |                |
|--|----------------|
| <b>1. Utilização do valor do superavit do ano anterior</b>             | <b>€ 27 M</b>  |
| <b>2. 20% de poupança em ‘Outros Serviços’ adquiridos externamente</b> | <b>€ 1,5M</b>  |
| <b>3. 20% poupança em aluguer de edifícios</b>                         | <b>€ 0,7M</b>  |
| <b>4. Recurso a software livre</b>                                     | <b>€ 0,3M</b>  |
| <b>5. Internalização de pareceres e estudos</b>                        | <b>€ 0,1M</b>  |
| <b>6. Poupança em publicidade</b>                                      | <b>€0,1 M</b>  |
| <b>7. Poupança em relvados sintéticos</b>                              | <b>€0,4M</b>   |
| <b>TOTAL</b>   | <b>30,1 M€</b> |

Estas verbas deveriam ser investidas em medidas e programas para melhorar a vida e qualidade de vida dos feirenses e em investimento no espaço e nos equipamentos públicos do concelho.

### **4. AS PRIORIDADES DO ORÇAMENTO DEVEM SER:**

## **AÇÃO SOCIAL**

Uma parte significativa da população feirense possui rendimentos insuficientes, mesmo estando inseridos no mercado do trabalho, principalmente devido aos baixos níveis de qualificação profissional. A par desta realidade, são visíveis fenómenos de exclusão social, relacionados com os novos grupos de risco, que crescem especialmente no meio urbano, tais como as famílias monoparentais, as crianças e jovens sem enquadramento familiar, os toxicodependentes, entre outros.

Ao nível da ação social, embora existam inúmeros programas, por parte da Câmara Municipal, enquadrados na Ação Social, verificamos que o orçamento destinado para esta área continua a ser bastante residual: cerca de 1%. Assim, propomos o aumento do orçamento destinado à Ação Social 1% para 5%.

Com este aumento será possível:

- Investimento num Plano Social de Habitação, que requalifique os bairros existentes e crie novas habitações, a custos controlados, a partir de casas devolutas existentes no concelho, desenvolvendo um modelo de habitação social mais inclusivo, diversificado e heterogéneo.
- Implementação de uma Tarifa Social da Água, permitindo a isenção de pagamento de água a casais em que ambos cônjuges se encontrem desempregados.
- Criação do Programa de Emergência Social, garantindo que nenhuma família e nenhum feirense se deparem com uma situação de falta de habitação, eletricidade, água ou alimentação por insuficiência económica. Para tal é necessário a criação de um fundo ao qual as famílias nestas situações possam recorrer à Câmara Municipal, a fim se garantir as suas necessidades básicas, durante o período em que não possuam recursos para as satisfazer.
- Criação do Programa Oficina Domiciliária, que consiste num programa de pequenos consertos em habitações dos munícipes com carência económica, de modo a garantir uma melhor qualidade de vida e um maior conforto. Assim, a Câmara Municipal deve disponibilizar os seus próprios meios e serviços de modo a executar pequenas reparações domésticas nas habitações dos munícipes que delas necessitem, reparações estas que, geralmente, exigem um esforço de meios e de custos bastante

reduzido.

- Criação de um Programa de Participação na Aquisição de Medicamentos, considerando que existem cada vez mais pessoas, em especial os idosos, que se vêm confrontados com a situação de incapacidade de fazer face aos custos da medicação que necessitam.

## **SERVIÇOS PÚBLICOS**

Uma democracia só é verdadeiramente vivenciada quando os setores estratégicos estão sobre a alçada do domínio público. Quando são os privados assumir o papel do estado ou das autarquias, quer através da privatização, quer através das Parcerias Público-Privadas, a qualidade dos serviços deteriora-se, ao mesmo tempo que os preços aumentam, afectando de forma substancial a qualidade de vida dos cidadãos. Em Santa Maria da Feira, esta realidade é evidente: a Água e o Saneamento estão entregues à gestão da Indáqua, empresa privada, assim como a Recolha de Resíduos Urbanos e o Estacionamento que se encontram concessionados a empresas privadas. Como tal, ao nível dos **Serviços Públicos**, propomos:

- Remunicipização dos serviços da água e saneamento;
- Fim da concessão do estacionamento e recolha de resíduos a privados;
- Criação de um Centro Coordenador de Transportes;
- Criação de uma rede transportes que, no mínimo, ligue os diversos núcleos habitacionais do concelho aos diversos serviços públicos.

## **AMBIENTE, ACESSIBILIDADES E QUALIDADE DE VIDA**

A questão ambiental é fundamental para a qualidade de vida de todos os cidadãos, assim como a questão das acessibilidades. Existem várias carências por todo o concelho no que diz respeito ao ambiente e também à acessibilidade. Por exemplo, as inúmeras barreiras arquitetónicas, a falta de manutenção sistemática dos parques infantis, jardins e praças ou ainda os equipamentos destinados à prática de desportos não competitivos, a requalificação das margens do rio Cáster, a disparidade na recolha dos resíduos sólidos urbanos, são apenas alguns exemplos que podem ser numerados. No âmbito da **saúde pública**, verifica-se que não existe no concelho um

crematório, que responda às necessidades da população.

Como tal, propomos:

- Eliminação de todas as barreiras arquitetónicas, quer ao nível do espaço público, quer ao nível dos diversos equipamentos e serviços;
- Fazer um levantamento das freguesias que necessitam de uma maior frequência da recolha de resíduos sólidos urbanos e diferenciados;
- Requalificação das margens do rio Cáster;
- Construção de novos parques infantis;
- Reabilitação e manutenção regular de parques infantis, jardins e praças, assim como dos equipamentos para a prática de desporto não competitivo;
- Construção de um parque de desportos radicais;
- Adesão ao programa MOBI-E e instalação de pontos de abastecimento para veículos elétricos;
- Construção de um crematório no concelho.

## **SAÚDE**

Ao nível da saúde propomos um Plano Municipal de Saúde, que funcione em articulação com o Plano Nacional de Saúde e com o Plano Local de Saúde da ACES Feira/Arouca, Centro Hospitalar e Segurança Social, entidades que farão parte deste plano, de modo a definir áreas de atuação do município, nomeadamente no que diz respeito aos seus programas e atividades de promoção e educação para a saúde, assim como aos locais e equipamentos promotores da saúde física.

Como tal, propomos:

- Criação de um Plano Municipal de Saúde, com medidas para a promoção da saúde e prevenção da doença;
- Apoiar a criação de consultas de psicologia, oftalmologia e dentária nos centros de saúde;
- Ajudar nos cuidados ao domicílio feitos pelos centros de saúde, disponibilizando transportes para o efeito.
- Reabertura do gabinete de saúde juvenil que abranja todo o concelho.

## **EDUCAÇÃO**

Verificada a constante evolução da realidade concelhia e nacional em termos de Educação, a Carta Educativa, conforme previsto na legislação, nomeadamente no Decreto-Lei nº72/2015, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pelas Leis nº41/2003, de 22 de agosto, e 6/2012, de 10 de fevereiro, deverá ser alvo de uma contínua atualização. Nomeadamente, no que diz respeito às questões de género, devendo estas sendo integradas no programa curricular desde cedo e procedendo-se a uma educação das crianças de modo a promover a igualdade de género.

Consideramos também importante aumentar o número de bolsas de estudo, quer no Ensino Secundário, quer no Ensino Superior, atribuídas pela Câmara Municipal, de modo a responder de forma mais eficaz às necessidades dos estudantes com carência económica comprovada.

Consideramos também que a igualdade de género é um dos assuntos mais importantes atualmente

Deste modo, propomos:

- Atualização da Carta Educativa;
- Integração curricular da igualdade de género;
- Aumento do número de bolsas de estudo atribuídas pela Câmara Municipal.

## **PATRIMÓNIO**

Relativamente ao **Património**, o executivo reconhece a necessidade de promover a salvaguarda, proteção e valorização dos elementos arqueológicos presentes ao longo do território do concelho, identificando, nomeadamente o Castro de Romariz, o Castro de Fiães e o Castelo da Feira. No entanto, verificamos que existem vários elementos com interesse histórico e patrimonial que se encontram ao abandono e não têm sido alvo de intervenções de preservação valorização.

Deste modo, propomos as seguintes medidas:

- Realização de um levantamento arqueológico exaustivo, de forma a atualizar a carta arqueológica em vigor;
- Criação de roteiros dos patrimónios industrial, histórico e arqueológico do concelho;
- Criação de um centro de interpretação junto ao Castro de Romariz, garantindo que

este espaço está acessível à população e retornando ao concelho o espólio daí retirado;

– Reabilitar o património histórico de elevado interesse e que se encontra degradado como, por exemplo, o Castro de Fiães, o edifício da Malaposta, a Estrada Real, a Quinta do Engenho Novo, o Mercado Municipal e a Via Antiga de Mosteirô;

– Incentivos, no âmbito da reabilitação urbana, na recuperação de edifícios antigos e que apresentem características singulares, com relevância patrimonial, dentro e fora dos centros antigos das freguesias.

### **BEM-ESTAR ANIMAL**

Com a Lei nº8/2017, os animais passaram a possuir estatuto jurídico, sendo assim reconhecida a sua sensibilidade e o direito à proteção. No mesmo sentido, a Lei nº 27/2016 prevê medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e para a modernização dos serviços municipais de veterinária, e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população, privilegiando a esterilização.

As propostas aqui apresentadas têm como principal objectivo pôr fim à política de erradicação de cães e gatos baseada no abate anual de centenas de animais, condenando-a do ponto de vista ético, uma vez que desvaloriza e banaliza esta prática e procura, essencialmente, apresentar soluções para a efetiva resolução dos problemas de reprodução e de abandono existentes.

Deste modo, propomos as seguintes medidas:

- Criação do Regulamento Municipal para o Bem-Estar Animal, anteriormente já apresentado na Assembleia Municipal;
- Implementação de um Programa Municipal de Esterilização de cães e gatos.

### **NOTA FINAL**

A Comissão Coordenadora Concelhia do Bloco de Esquerda de Santa Maria da Feira considera que as propostas para a melhoria da qualidade de vida da população feirense não se esgotam nas medidas enunciadas no presente documento. No entanto, consideramos que estas propostas, tendo vindo muitas delas, inclusive, a ser apresentadas e defendidas junto da Assembleia Municipal pelo Bloco de Esquerda,



são urgentes e prioritárias, sendo que a sua integração nas Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2019 é fundamental para a definição de políticas que respondam efetivamente às necessidades e aspirações da população do concelho de Santa Maria da Feira.

Santa Maria da Feira, 21 de setembro de 2018

A Comissão Coordenadora Concelhia do Bloco de Esquerda